



CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA EM REGENTE FEIJÓ/SP¹

Bruna Trevisan Negri ²

RESUMO

A agricultura urbana e periurbana (AUP) é uma modalidade de produção de alimentos realizada na cidade e em seu entorno, podendo abranger o cultivo de vegetais, a criação de animais, o agro extrativismo, entre outros. A prática da AUP pode ocorrer por diferentes motivações e com diversas finalidades, como o autoconsumo ou a comercialização. Dentre seus benefícios estão a melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a geração de renda e a criação de postos de trabalho, podendo, também, contribuir para a melhoria ambiental. Este artigo foi elaborado a partir dos resultados preliminares obtidos por meio da realização da pesquisa de mestrado denominada “Agricultura urbana e periurbana no município de Regente Feijó/SP”, e tem como principal objetivo caracterizar e entender as particularidades da AUP no referido município, com o intuito de contribuir para a elaboração e implementação de políticas públicas que apoiem e estimulem esta modalidade de agricultura. Para isso, realizamos uma revisão bibliográfica a respeito da AUP e fizemos um levantamento de dados primários com base em entrevista com 20 agricultores urbanos e periurbanos. Dentre os resultados obtidos, descobrimos que a produção de AUP do município, que é muito rica em biodiversidade, é majoritariamente voltada ao autoconsumo, apesar de termos identificado casos de comercialização. A atividade é predominantemente praticada por pessoas com idade mais avançada e oriundas da zona rural, e as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores estão relacionadas à falta de espaço para produzir e à falta de recursos para investir nos cultivos.

Palavras-chave: Agricultura urbana e periurbana, Políticas públicas, Segurança alimentar, Abastecimento alimentar.

RESUMEN

La agricultura urbana y periurbana (AUP) es una modalidad de producción de alimentos que se realiza en la ciudad y sus alrededores, y puede incluir el cultivo de hortalizas, la ganadería, el agro extractivismo, entre otros servicios. La práctica de AUP puede ocurrir por diferentes motivos y con diferentes fines, como el autoconsumo o la comercialización. Entre sus beneficios se encuentran la mejora de la Seguridad Alimentaria y Nutricional (SAN), la generación de ingresos y la creación de empleos, además de los aportes ambientales. Este artículo está compuesto por los resultados preliminares obtenidos a través de la investigación de maestría en curso denominada "Agricultura urbana y periurbana en el municipio de Regente Feijó/SP", y su principal objetivo es caracterizar y comprender las particularidades de la AUP en ese municipio, en con el fin de contribuir a la elaboración e implementación de políticas públicas que apoyen y fomenten este tipo de agricultura. Para ello, se realizó una revisión de la literatura sobre la AUP y se realizó un relevamiento de datos primarios mediante la aplicación de formularios de entrevista a 20 agricultores urbanos y periurbanos del municipio estudiado. Entre los resultados obtenidos, encontramos que la producción de AUP en el municipio, que es muy rico en biodiversidad, está mayoritariamente orientada al autoconsumo, aunque

¹ Este trabalho é resultado da pesquisa de mestrado em andamento denominada “Agricultura urbana e periurbana no município de Regente Feijó/SP”, realizada com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP - Presidente Prudente, bruna_negri@hotmail.com.



hemos identificado casos de comercialización. La actividad es practicada predominantemente por personas mayores que provienen de áreas rurales, y las principales dificultades que enfrentan los agricultores están relacionadas con la falta de espacio para producir y la falta de dinero para invertir en su producción.

Palabras clave: Agricultura urbana y periurbana, Políticas públicas, Seguridad alimentaria, Abastecimiento de alimentos.

INTRODUÇÃO

A agricultura urbana e periurbana (AUP) vem se destacando cada vez mais no cenário mundial e nacional, reafirmando-se como um fator permanente nos processos de desenvolvimento sustentável (ARRUDA, 2006). Esta modalidade de agricultura é reconhecida mundialmente por seus benefícios, que abrangem aspectos econômicos, sociais e ambientais.

De uma forma simples e genérica, a AUP pode ser entendida como o cultivo de vegetais e a criação de animais nas cidades e em seu entorno. Apesar de ser uma prática antiga, no Brasil, de forma mais específica, o desenvolvimento da AUP está atrelado ao forte êxodo rural ocorrido principalmente entre as décadas de 1970 e 1980. Este êxodo teve forte relação com o processo de modernização da agricultura brasileira, que, feita de forma extremamente desigual e excludente, tornou a permanência no campo muito difícil para pequenos agricultores.

O êxodo rural potencializou o processo de urbanização brasileiro, que ocorreu de forma não planejada e sem que fossem implantadas as infraestruturas urbanas necessárias. Como consequência, as periferias começaram a crescer desordenadamente e, como resalta Cano (1989), parte substancial do êxodo rural engrossou as camadas da economia informal das cidades, já que as oportunidades de inserção econômica através de empregos formais eram escassas.

Neste cenário, a AUP ganha importância e se reproduz como uma estratégia de sobrevivência e de superação de adversidades, sendo praticada principalmente pelos migrantes vindos do campo, que fazem uso de suas habilidades e conhecimentos adquiridos no meio rural para produzir uma agricultura de subsistência e criar pequenos animais, por vezes nos próprios quintais de suas residências.

Apesar de ser uma prática benéfica e muito comum, existem poucas políticas públicas em vigor atualmente no Brasil que contemplam a AUP. Esforços por parte de pesquisadores no entendimento das características desta modalidade de agricultura e no reconhecimento de



suas demandas são muito importantes para subsidiar e possibilitar a formulação de políticas públicas, assim como para a divulgação destas informações, justificando-se assim a importância e necessidade deste trabalho.

O principal objetivo deste artigo, portanto, é apresentar os resultados preliminares obtidos através da pesquisa de mestrado denominada “Agricultura urbana e periurbana no município de Regente Feijó/SP”, caracterizando a AUP no referido município e analisando suas especificidades com o intuito de contribuir para a elaboração e implementação de políticas públicas que apoiem e estimulem esta modalidade de agricultura.

METODOLOGIA

Para atingir nosso propósito, foi necessário, primeiramente, realizar revisão bibliográfica acerca da AUP e de temas correlatos, buscando entender suas definições, características e benefícios. Foram lidos e sistematizados artigos de periódicos, livros, dissertações, teses e outros materiais disponíveis *online*.

Para a obtenção dos dados primários analisados na pesquisa, foi realizado um trabalho de campo através da aplicação de formulários a 20 agricultores urbanos e periurbanos do município de Regente Feijó/SP. Este número foi definido a partir de uma averiguação preliminar, feita na fase de elaboração do projeto de pesquisa, com a ajuda do engenheiro agrônomo responsável pela Secretaria da Agricultura do município e de alguns agricultores urbanos/periurbanos previamente identificados. Nesta averiguação preliminar, chegamos a um número total aproximado de 50 agricultores urbanos/periurbanos no município estudado, e a partir deste número, definimos a amostra de 20 agricultores urbanos/periurbanos, que compõem aproximadamente 40% do total.

Após a elaboração dos formulários foi feita uma consulta prévia com os agricultores identificados para conhecimento e identificação dos que se dispunham a participar da pesquisa. Com base nesta disponibilidade e na localização da unidade produtiva, buscando abranger diferentes bairros do município e as áreas urbanas e periurbanas, selecionamos os 20 agricultores que seriam pesquisados e agendamos as entrevistas de acordo com a disponibilidade dos participantes.

Ressaltamos que, em virtude da pandemia de Covid-19, parte das entrevistas pôde ser feita de forma presencial e parte precisou ser realizada através de meios virtuais como telefonemas e videochamadas.



Os dados obtidos por meio das entrevistas foram organizados, analisados e sistematizados em forma de gráficos, tabelas e quadros, compondo os resultados e as discussões presentes neste trabalho.

AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA: DEFINIÇÃO, CARACTERÍSTICAS, BENEFÍCIOS E DESAFIOS

A princípio, a AUP pode ser entendida como o cultivo de vegetais e a criação de animais nas cidades e em seu entorno, mas na verdade, de acordo com Santandreu e Lovo (2007, p. 11), este conceito é multidimensional, e inclui:

[...] a produção, o agro extrativismo e a coleta, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, ervas medicinais, plantas ornamentais, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, (re)aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos sólidos, mão-de-obra, saberes etc.).

Esta modalidade de agricultura se caracteriza, sobretudo, por sua versatilidade: ela pode ser praticada por pessoas de diferentes classes sociais; em terrenos públicos ou privados, sejam eles pequenos ou grandes, ou ainda em telhados, vasos, canteiros, varandas ou alpendres; pode servir-se de diferentes técnicas de produção e pode ser feita com diferentes finalidades, como o autoconsumo, as trocas e doações, a comercialização - que é feita predominantemente em mercados locais ou feiras livres - ou ainda com fins pedagógicos e terapêuticos.

Em relação ao destino da produção, Zaar (2015) destaca que apesar da comercialização ser bastante comum, o autoconsumo se destaca. Segundo a autora, o que normalmente comercializa-se é a produção excedente, e o comércio acontece através de diversas combinações: “venda direta ao consumidor nas hortas, feiras periódicas de alimentos orgânicos (semanais ou quinzenais), abastecimento de supermercados e fornecimento aos intermediários” (ZAAR, 2015, p. 37).

Ao buscarmos diferenciar a AUP da agricultura praticada no espaço rural, alguns elementos chamam a atenção, como a proximidade em relação aos mercados e o nível de envolvimento dos praticantes, já que, enquanto nos espaços rurais a agricultura é frequentemente uma ocupação de tempo integral, nas cidades ela é, na maioria das vezes, uma atividade secundária. Segundo Mougeot (2000), porém, o aspecto mais importante dessa diferenciação da AUP para a agricultura praticada no meio rural é que a AUP interage e está



integrada ao ecossistema urbano. Pires (2016) ressalta ainda que a AUP se vincula às dinâmicas urbanas ou metropolitanas e está articulada à gestão territorial e ambiental das cidades.

Esta modalidade de agricultura está intimamente ligada à melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e à diminuição da pobreza, seja a partir do fornecimento de alimentos frescos e de qualidade para o autoconsumo, seja através da geração de renda extra obtida por intermédio da comercialização da produção total ou excedente. Além disso, a proximidade com os mercados permite que os produtos, ao serem transportados para comercialização, percorram distâncias menores do que aqueles que são cultivados no campo, tendo seu preço final reduzido e permitindo que mais pessoas tenham acesso a uma alimentação saudável e de qualidade.

A AUP também é benéfica no que diz respeito ao meio ambiente, pois ajuda no escoamento das águas pluviais, favorece a formação de microclimas e a diminuição da temperatura, ajuda na conservação e no aumento da biodiversidade e ainda contribui para a diminuição do lixo, a partir da reutilização de resíduos e rejeitos domésticos para adubação e o reaproveitamento de embalagens para a formação de mudas, por exemplo. Além disso, cumpre um importante papel ao aproveitar espaços ociosos, evitando a proliferação de insetos transmissores de doenças, como o *Aedes Aegypti*.

Apesar de ser benéfica, existem poucas políticas públicas em vigor atualmente no Brasil que contemplem a AUP, como o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), tendo este último se tornado acessível aos agricultores urbanos e periurbanos apenas recentemente, após algumas alterações na legislação. Assim, de forma geral, as políticas e ações de apoio à AUP que se têm no Brasil atualmente ainda são relativamente recentes, e avançaram muito pouco em relação ao potencial desta modalidade de agricultura e dos benefícios que dela podem ser extraídos, demonstrando a necessidade de políticas que: disponibilizem crédito às famílias mais necessitadas que estão envolvidas nesta atividade, possibilitem sua capacitação técnica e facilitem o acesso à água, à terra e aos recursos necessários.

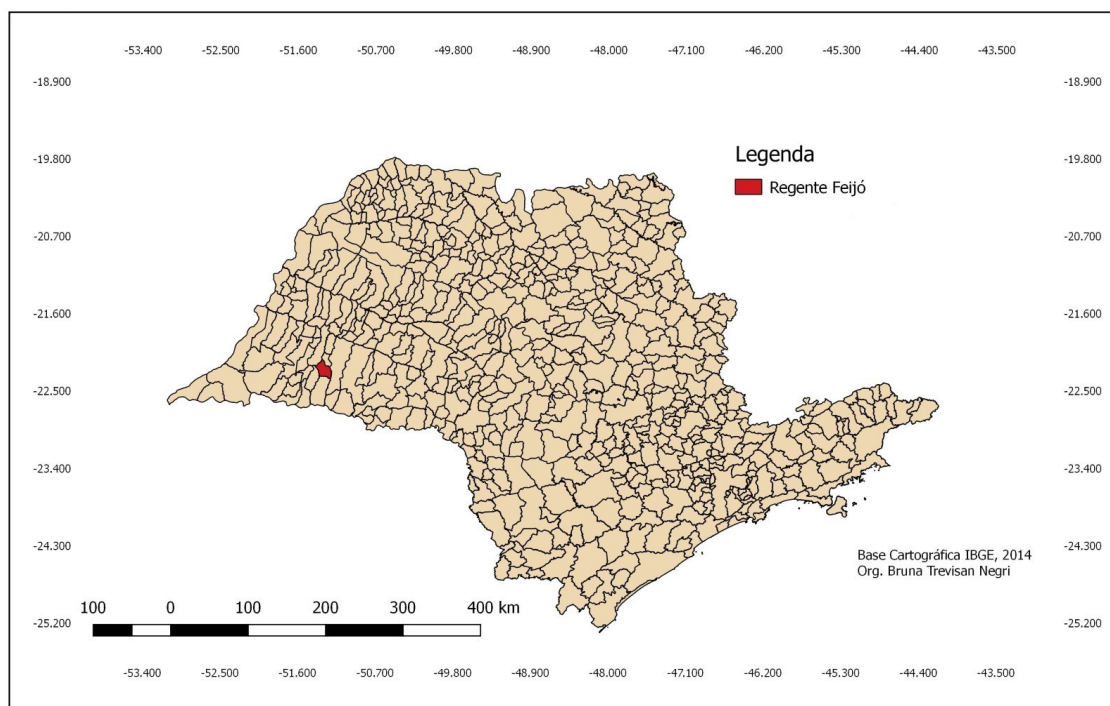
RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Regente Feijó localiza-se no oeste do Estado de São Paulo (ver Mapa 1) e tem a sua história marcada pela forte presença da agricultura. Em 1922 foi fundado um



povoado ao longo da Ferrovia Sorocabana o qual foi denominado “Regente Feijó”, em homenagem ao religioso e político Diogo Antônio Feijó que foi regente do império entre 1835 e 1837 (IBGE, 2020). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Regente Feijó possui uma população estimada de 20.394 pessoas (IBGE, 2020).

Mapa 1- Localização do Município de Regente Feijó no Estado de São Paulo



Buscando caracterizar a AUP praticada no município, o primeiro aspecto que consideramos importante para a análise é o perfil dos agricultores que se apresentaram como responsáveis pelos cultivos estudados. Primeiramente, no que diz respeito à caracterização por sexo, constatamos que 55% dos agricultores pesquisados são homens e 45% são mulheres. Este dado, que evidencia uma ligeira predominância do sexo masculino na liderança das produções de AUP do município, difere dos resultados encontrados no estudo de Santandreu e Lovo (2007) sobre a AUP no Brasil, que mostra uma presença predominante de mulheres nesta atividade no país.

Os dados também mostraram que, de forma geral, o nível de escolaridade dos produtores entrevistados não é alto, ainda que a maioria tenha demonstrado bastante conhecimento prático sobre a atividade durante as entrevistas. Constatamos que dentre os agricultores pesquisados, apenas 20% possuem ensino superior completo; 5% possuem o ensino superior incompleto; 30% possuem o ensino médio completo; 5% concluíram o ensino

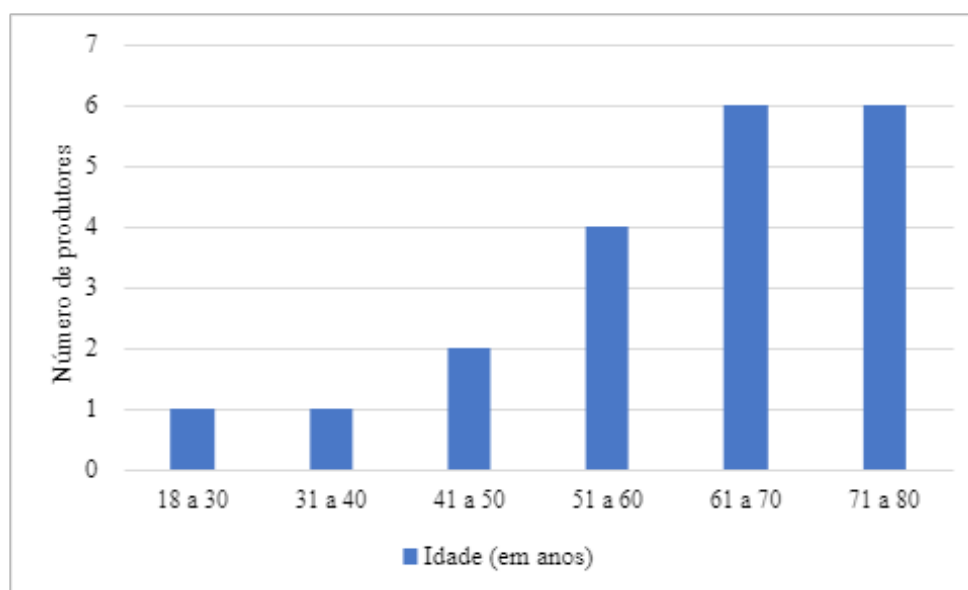


fundamental; 30% deles possuem apenas o ensino fundamental incompleto e 5% nunca frequentaram a escola e não foram alfabetizados. Os agricultores que possuem ensino superior completo são formados em outras áreas não relacionadas à agricultura, sendo que 3 deles exercem a AUP como uma atividade secundária e 1 como atividade de tempo integral.

Também identificamos que 75% dos produtores entrevistados mantêm os cultivos como uma atividade secundária ou complementar, e apenas 25% praticam a AUP como uma atividade de tempo integral. Dentre os agricultores que praticam a AUP como uma atividade secundária, 86,6% são aposentados e 13,3% ainda trabalham em outras áreas.

O Gráfico 1 mostra a faixa etária dos agricultores pesquisados. Existe uma clara predominância de agricultores com idade mais avançada, o que é algo comum nesta modalidade de agricultura. É importante ressaltar que todos os agricultores pesquisados com menos de 40 anos de idade são oriundos da área rural e filhos de produtores rurais, o que, segundo eles, os levou a continuar produzindo quando se deslocaram para a cidade.

Gráfico 1 – Faixa etária dos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados no município de Regente Feijó/SP



Fonte: Pesquisa de campo (2021)

Constatamos que 75% dos agricultores pesquisados vieram de áreas rurais e 25% já nasceram na área urbana. Este dado evidencia a estreita relação, também identificada por Martins e Vinholi (2012), entre a AUP e o êxodo rural. Durante as entrevistas, principalmente com esta parcela de agricultores oriundos do campo, percebemos a familiaridade com as atividades agropecuárias relacionadas ao ambiente rural, e muitos deles relataram, inclusive, que praticam a AUP como uma forma de manter viva a tradição e os costumes que tinham na



infância, relacionados à agricultura e ao cultivo dos próprios alimentos. Esta foi a motivação mencionada por 70% dos agricultores quando questionados a respeito das razões que os levaram a iniciar seus cultivos. Além dela, 25% dos produtores mencionaram a necessidade de complementar a alimentação e 25% mencionaram a necessidade de obter renda com a venda dos produtos³.

Estes dados nos ajudaram a entender uma característica fundamental da AUP no município estudado: a produção é voltada, majoritariamente, para o autoconsumo. Dentre os agricultores pesquisados, apenas 25% afirmaram que a principal finalidade da produção é a comercialização, sendo que 75% disseram consumir a maior parte dos alimentos. Dentre os agricultores que disseram produzir principalmente para o autoconsumo, não identificamos nenhum caso em que os excedentes da produção são comercializados regularmente. Por outro lado, 53,3% disseram que têm o costume de compartilhar seus excedentes através de trocas e doações com seus familiares, amigos e vizinhos, demonstrando que a AUP é também uma forma de estreitar laços de solidariedade.

O papel da AUP na melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos agricultores entrevistados também ficou expresso a partir dos dados coletados. Dentre os agricultores que alegaram produzir majoritariamente para o autoconsumo, 60% afirmaram que os alimentos obtidos em seus cultivos representam uma economia significativa em seus gastos com alimentação, enquanto 26,6% afirmaram representar uma pequena economia e 13,3% disseram que os produtos advindos da AUP não representam economia alguma (Tabela 1).

Tabela 1 – Economia nas despesas com alimentação dos produtores que produzem para autoconsumo decorrente da AUP

Grau de economia	Número de produtores
Economia significativa	9
Pequena economia	4
Nenhuma economia	2
Total	15

Fonte: Pesquisa de campo (2021)

Além disto, percebemos que a AUP proporciona, na maioria dos casos, uma alimentação mais saudável aos agricultores que consomem a maior parte dos alimentos produzidos. Os resultados mostraram que 86,6% deste grupo de agricultores acreditam que há uma melhora em seus hábitos alimentares derivados da AUP. Os principais argumentos

³ Os entrevistados poderiam apontar mais de uma razão/motivação para a prática da AUP.



utilizados pelos agricultores para explicar esta melhora estão ligados à ideia de consumir produtos mais frescos e naturais e de ter acesso à alimentos que eles não poderiam consumir com frequência caso não os produzissem, seja pelo preço ou pela indisponibilidade nos mercados e quitandas.

Um exemplo desta situação foi mencionado por um dos agricultores durante a entrevista. O entrevistado, que possui um pomar no quintal de casa, com grande variedade de espécies frutíferas, disse que a partir das frutas produzidas em sua casa, ele e sua esposa podem beber sucos naturais todos os dias, evitando o consumo de refrigerantes e outros produtos industrializados.

Em relação aos agricultores que afirmaram comercializar a maior parte de sua produção, buscamos entender quais são suas estratégias de comercialização dos alimentos e encontramos diferentes situações. Como exposto na Tabela 2, os locais de venda mencionados foram as feiras livres do município, que ocorrem duas vezes por semana aos domingos de manhã e às quartas-feiras à tarde; o próprio local de cultivo dos alimentos, que foi mencionado por apenas um dos entrevistados; os mercados de bairro e os sacolões de pequeno porte, os supermercados do município e da região, e por fim, mencionado por um agricultor como local de venda dos excedentes que não conseguiram ser comercializados em sacolões e em seu local de produção, a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) de Presidente Prudente. Cabe ressaltar que o número total da tabela não corresponde ao número total de agricultores que comercializam a produção, já que os entrevistados utilizam mais de um canal para a comercialização dos produtos.

Apesar de grande parte da produção da AUP feita no município ser voltada ao autoconsumo, a comercialização dos produtos oriundos desta modalidade de agricultura é uma parte importante da dinâmica econômica de Regente Feijó, principalmente por ela ser responsável pelo abastecimento da maior parte das verduras folhosas de um dos principais supermercados do município e do principal sacolão, localizado no centro da cidade.

Além disto, os dados obtidos nos mostraram que a AUP é, em sua maioria, uma atividade que já possui certa tradição nas unidades pesquisadas, visto que em 75% delas esta modalidade de agricultura é desenvolvida há mais de 10 anos, e em 50% das unidades produtivas pesquisadas ela acontece há mais de 20 anos (ver Gráfico 2).

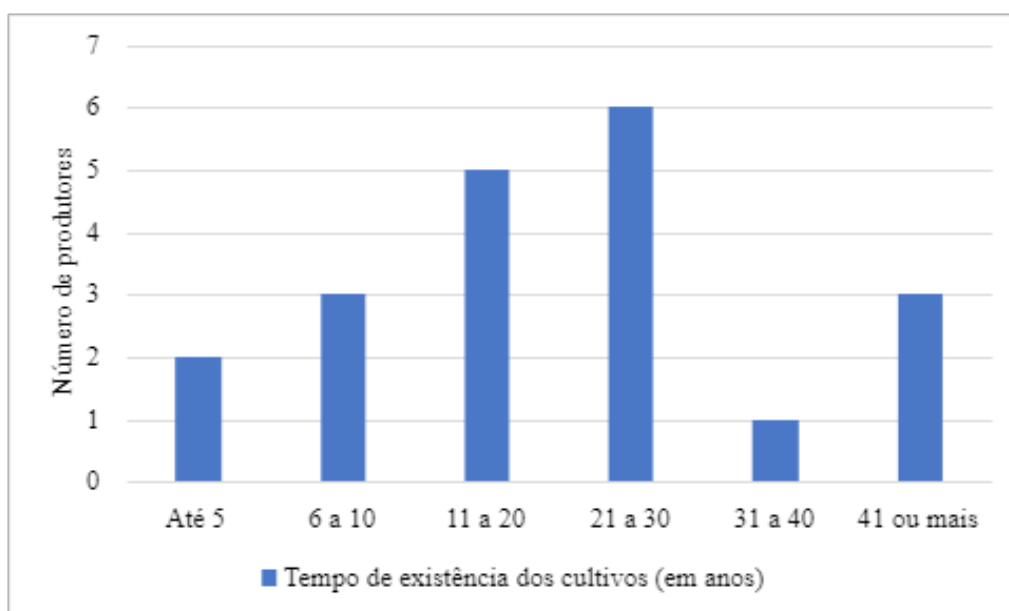


Tabela 2 – Formas de comercialização adotadas pelos agricultores pesquisados

Formas de comercialização	Número de produtores
Feira livre do município	2
Próprio local de produção	1
Mercados de bairro e pequenos sacolões	3
Supermercados regionais	2
CEAGESP	1
Total	9

Fonte: Pesquisa de campo (2021)

Gráfico 2 - Longevidade dos cultivos de AUP no município de Regente Feijó/SP



Fonte: Pesquisa de campo (2021)

Com base nestes resultados, é possível inferir que a AUP parece se constituir em uma prática não transitória no município. Neste sentido, entendemos que a produção de alimentos no espaço urbano e periurbano de Regente Feijó não é derivada de condições passageiras, como a crise econômica, por exemplo, constituindo, portanto, uma prática permanente, que mereceria ser estimulada pelos órgãos públicos.

Notamos também grande riqueza de biodiversidade nas unidades produtivas pesquisadas, ao todo foram identificadas 63 espécies cultivadas com finalidades alimentares. Esta é uma característica comum nas produções de AUP, constatada também nos estudos de Pessoa (2005), sobre a agricultura urbana no município de Santa Maria/RS e nos estudos de



Ricarte-Covarrubias *et al.* (2011), que analisaram a agricultura urbana no município de Porto Ferreira/SP, por exemplo.

Encontramos alimentos de diversos tipos nos cultivos: verduras (folhosas); legumes e leguminosas; tubérculos; condimentos; plantas medicinais e frutíferas. Os resultados obtidos demonstram que as espécies frutíferas aparecem em maior quantidade e variedade nas hortas, sendo que o limão, que foi a espécie mais mencionada, está presente em 65% dos cultivos pesquisados. Além do limão, estão entre as espécies mais mencionadas a jabuticaba e a banana, presentes em 40% das plantações estudadas. As verduras também foram bastante mencionadas nas entrevistas realizadas, com destaque para a couve, presente em 55% dos cultivos.

Também foi constatado que é frequente o cultivo de plantas condimentares, como a cebolinha, presente em 50% dos cultivos, e a salsinha, presente em 25% dos cultivos. A mandioca se destaca entre os tubérculos, estando presente em 40% das hortas pesquisadas. Os legumes e leguminosas e as plantas medicinais também compuseram a diversidade agrícola urbana e periurbana, apesar de aparecerem com menor frequência e em menor variedade. Santandreu *et al.* (2002) atribuem grande importância à presença das plantas medicinais nas hortas urbanas, especialmente no caso das populações mais pobres, cujo acesso aos medicamentos convencionais é restrito. No caso do município de Regente Feijó, a principal planta medicinal identificada nos cultivos pesquisados é o boldo, presente em 30% deles.

A criação animal, por outro lado, não se mostrou tão relevante quanto a diversidade vegetal. Em 85% das unidades produtivas não foi identificada nenhuma criação animal, excluídos os animais domésticos como cães e gatos. 15% dos agricultores entrevistados relataram a criação de frangos para o fornecimento de ovos e carne, e houve apenas 1 registro da criação de vacas para o fornecimento de leite.

Em relação à infraestrutura das unidades produtivas pesquisadas, podemos classificá-las em 3 tipos: os quintais produtivos, ou seja, os cultivos realizados em quintais de residências, que podem ser feitos em canteiros, vasos e pequenos pedaços de terra, correspondendo a 55% dos cultivos pesquisados; os cultivos realizados em chácaras (20%) e em outras áreas privadas (25%). No caso das chácaras, encontramos diferentes situações, pois algumas delas eram o próprio local de moradia dos agricultores e outras eram apenas um local de lazer ou uma segunda residência.

Um fato que nos chamou a atenção, porém, foi que em 100% das unidades produtivas pesquisadas o terreno é do próprio agricultor, ou seja, não encontramos nenhum caso em que as áreas cultivadas são alugadas ou arrendadas. Este pode ser um dos fatores responsáveis



pela longevidade dos cultivos que foi constatada no município, e também deve ser considerado na elaboração de políticas públicas para esta modalidade de agricultura, pois demonstra que, além da atividade já estar consolidada no município, já existe o espaço disponível para sua realização e a experiência e interesse dos produtores que já exercem a atividade há anos.

Quanto à organização social da produção, percebemos que, assim como afirma Rosa (2011), a AUP é majoritariamente uma agricultura familiar, ou seja, que acontece no seio da família. Dentre os agricultores entrevistados, 70% afirmaram compartilhar as atividades de AUP com outras pessoas e apenas 30% afirmaram exercê-las de forma solitária. Dentre os que disseram que praticam a atividade de forma compartilhada, 71,4% declararam que só recebem ajuda de pessoas da própria família e apenas 28,6% citaram a presença de funcionários, seja de forma temporária ou permanente. Ressaltamos, porém, que em todos os casos em que constatamos a contratação de funcionários, há também a presença de membros da família nas atividades, ainda que em menor número. De acordo com os dados coletados, percebemos que a prática da AUP é de grande importância para as famílias que estão diretamente envolvidas no processo produtivo, se constituindo não apenas em uma forma de obter alimentos saudáveis ou renda, a depender do caso, mas também em um estilo de vida.

Também buscamos entender quanto às técnicas e aos insumos e recursos utilizados pelos produtores na AUP do município. Primeiramente, um ponto importante a ser ressaltado é em relação ao tipo de manejo praticado pelos agricultores entrevistados. Ao contrário do que foi constatado por Rosa (2020) no município de Presidente Prudente, por exemplo, onde foram pesquisados produtores que desenvolvem sistemas de cultivos hidropônicos e orgânicos, no município de Regente Feijó todos os agricultores pesquisados praticam o cultivo convencional, em canteiros, vasos, pequenos ou grandes terrenos e, ainda que alguns deles não utilizem insumos químicos, nenhum produtor entrevistado possui a certificação de produção orgânica.

Quando questionados a respeito da utilização de adubos e métodos de controle de pragas, 75% dos entrevistados afirmaram não utilizar nenhum tipo ou utilizar produtos orgânicos, como esterco de galinha, compostagem feita com restos de alimentos para adubação e caldas naturais para o controle de pragas, enquanto 25% dos produtores pesquisados declararam utilizar adubos químicos e biocidas (agrotóxicos), como o adubo de ureia, o sulfato de amônio e o Fertilizante NPK 20-05-20 (composto por Nitrogênio, Fósforo e Potássio), além do glifosato.



É importante aportarmos a relação identificada entre a utilização de insumos químicos e a finalidade da produção. Ao analisarmos os dados coletados, percebemos que os 25% de agricultores que alegaram utilizar adubos químicos e biocidas são os mesmos que compõem o grupo dos 25% de produtores que comercializam a maior parte dos alimentos produzidos. Um dos agricultores deste grupo de entrevistados relatou, inclusive, que já analisou a possibilidade de produzir de forma orgânica, ou seja, sem a utilização de insumos químicos e biocidas. Segundo ele, o custo alto para a obtenção da certificação orgânica - que é obrigatória no Brasil para que um produto seja rotulado e vendido como “orgânico” - foi um dos motivos que o levaram a desistir da ideia e continuar produzindo da forma convencional.

Esta certificação “tradicional” é chamada de certificação por auditoria, e é realizada por empresas certificadoras através de inspeções periódicas, tendo um custo bastante elevado. Ressaltamos que no Brasil existe também a possibilidade de se fazer a certificação através do Sistema Participativo de Garantia (SPG). Neste sistema, os agricultores se organizam em grupos, e juntamente com técnicos e consumidores trocam experiências em reuniões e encontros frequentes para garantirem a qualidade orgânica dos produtos, participando de forma ativa nas discussões e respondendo juntos à qualquer irregularidade. Em alguns casos esta modalidade de certificação não tem custo algum e em outros casos pode ter um pequeno custo, muito menor em comparação à certificação por auditoria. Por outro lado, existem limitações em relação à exportação dos produtos certificados através deste sistema, já que a maioria dos países ainda trabalha exclusivamente com o sistema de certificação por auditoria. Notamos, em relação aos agricultores pesquisados, uma expressiva falta de conhecimento em relação à produção de orgânicos e às possibilidades de certificação.

Também descobrimos que os cultivos são baseados majoritariamente na plantação de mudas, apesar de alguns agricultores também haverem relatado o uso de sementes. Em relação à origem das mudas e sementes, constatamos algumas situações diferentes. De acordo com os dados coletados, 60% dos produtores pesquisados utilizam majoritariamente mudas e sementes próprias, que eles mesmos vão produzindo e replantando, ou doadas e trocadas com amigos e familiares. Esta prática, de compartilhar as sementes e mudas foi algo muito mencionado durante as entrevistas, especialmente entre os agricultores que produzem majoritariamente para autoconsumo.

Constatamos também que 40% dos agricultores costumam, majoritariamente, comprar as mudas e sementes utilizadas. Dentre os locais que foram mencionados como fornecedores das mudas e sementes utilizadas, os principais foram: as lojas agropecuárias e as feiras livres do município estudado, principalmente no caso das sementes, os viveiros Brambilla, do município de Piacatu/SP e o viveiro NH do município de Álvares Machado/SP, no caso das mudas.



Identificamos que 20% dos agricultores pesquisados possuem e fazem uso de algumas máquinas para preparação da terra e de canteiros, notadamente agricultores cuja principal finalidade da produção é a comercialização. Dentre os equipamentos citados estão pequenos tratores; plataformas de descarga (“tombadores”) e encanteiradores de solo.

Por fim, buscamos entender também a respeito da origem da água utilizada para irrigação, considerando-a como um fator importante para a produção. De acordo com as informações obtidas, 60% dos agricultores entrevistados utilizam a água encanada distribuída pela rede pública; 30% extraem água de poços e 10% de açudes. O método de irrigação mais utilizado é a irrigação manual, com mangueiras, baldes e regadores, tendo sido mencionado por 80% dos agricultores pesquisados. O restante dos agricultores (20%) utiliza o sistema de aspersão.

A disponibilidade de água não foi apontada entre as dificuldades enfrentadas pelos agricultores na AUP do município (ver Tabela 3), mas o preço sim. Um dos agricultores entrevistados relatou, inclusive, que o preço da água é um dos principais fatores que o impedem de aumentar a sua plantação, que é destinada ao autoconsumo. O agricultor afirmou que tem o costume de coletar a água da chuva com tambores e bacias para irrigar os cultivos posteriormente, diminuindo o valor de sua tarifa mensal de água.

A partir da análise dos dados obtidos constatamos que, de forma geral, os agricultores que comercializam suas produções são os que utilizam técnicas e equipamentos mais modernos no processo produtivo, e são também os que utilizam insumos químicos. Isto se deve ao fato da escala de produção destas unidades normalmente ser maior do que aquela das unidades cuja maioria da produção é voltada ao autoconsumo.

No caso dos agricultores que consomem a maior parte dos alimentos produzidos, a não utilização de muitos equipamentos e de insumos químicos também se explica de diversas outras formas. Primeiramente, muitos agricultores deste grupo demonstraram durante as entrevistas bastante interesse em expandir suas produções e em comercializá-las, mas a falta de recursos econômicos é um dos grandes impedimentos em muitos casos, como demonstrado nos dados constantes da Tabela 3. Por outro lado, no caso dos fertilizantes químicos e biocidas, percebemos que, na maioria das vezes, a não utilização está relacionada principalmente ao interesse em consumir produtos mais saudáveis e livres de contaminantes.

Nesse sentido, a disponibilização de linhas de crédito através de políticas públicas específicas à esta modalidade de agricultura seria uma forma de oferecer a oportunidade aos produtores de expandir e aprimorar seus cultivos, adquirir equipamentos que ajudem a



aumentar a eficiência da produção, e, possivelmente, de contribuir para o aumento da produção de alimentos orgânicos no município.

Na Tabela 3 estão expostas as informações coletadas acerca das principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores pesquisados na prática da AUP⁴. Através da tabela, pode-se constatar que a falta de espaço e a falta de recursos são os problemas mais recorrentes entre os agricultores.

A falta de recursos, como foi mencionado, é uma dificuldade que poderia ser minimizada através da criação de políticas públicas adequadas que forneçam crédito aos produtores e que facilitem a comercialização dos produtos. Os dados coletados e o diálogo com os agricultores deixam claro não apenas a necessidade de políticas que atendam às demandas destes produtores, mas também a necessidade de sua divulgação e simplificação. Quando foram questionados a respeito da participação em mercados institucionais tais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), todos os agricultores afirmaram que não participam e nunca participaram dos programas, e os motivos, na maioria dos casos, estão relacionados à falta de informação, ao excesso de burocracia e à não posse da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), que é um dos documentos exigidos para participar dos programas.

Tabela 3 – Dificuldades enfrentadas pelos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados em Regente Feijó/SP

Dificuldade	Número de produtores
Falta de espaço	9
Falta de dinheiro	9
Falta de conhecimento técnico	7
Falta de tempo	7
Preço da água	7
Preço da energia elétrica	2
Falta de água	0

Fonte: Pesquisa de campo (2021)

Em relação à falta de espaço, percebemos que, no geral, a estrutura das cidades não favorece o desenvolvimento da AUP. Esta modalidade de agricultura produz mudanças no uso

⁴ Os agricultores poderiam mencionar mais de uma dificuldade.



do espaço urbano e periurbano, e, apesar de não ser uma prática nova, não está presente no plano de gestão das cidades e contrasta com os modelos de planejamento urbano. Esta inadequação fica explícita, por exemplo, através dos impostos relativos à propriedade da terra, que são mais caros na cidade do que no campo.

A implementação de políticas públicas que legalizem e estimulem a prática da AUP em espaços públicos não utilizados seria uma alternativa interessante, que poderia contribuir não somente na resolução dos empecilhos enfrentado pelos agricultores urbanos e periurbanos relacionados à falta de espaço, mas também na conservação e limpeza de terrenos públicos. De acordo com Giacchè e Porto (2015), algo parecido já foi implementado na cidade de São Paulo em 1980, “quando o então governador Franco Montoro implantou projetos de hortas em espaços públicos não utilizados, como os terrenos da ELETROPAULO, da TRANSPETRO e da SABESP na zona leste de São Paulo” (GIACCHÈ; PORTO, 2015, p. 50). Apesar de tais projetos terem sido descontinuados, eles podem servir de exemplo para a implementação de outros similares e com os mesmos propósitos.

A falta de conhecimento técnico também é uma dificuldade recorrente entre os produtores. Apenas 20% dos agricultores pesquisados afirmaram ter acesso a algum tipo de capacitação/orientação técnica e já terem participado em cursos e palestras informativas. Dentre os meios de capacitação ou orientação técnica mencionados pelos agricultores estão cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e algumas palestras esporádicas promovidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. A capacitação técnica dos produtores urbanos e periurbanos, como demonstrado através dos resultados obtidos, é outro ponto que carece de atenção e apoio do poder público, pois junto ao interesse demonstrado pelos agricultores em melhorar e expandir suas produções, ainda coexistem limitações e empecilhos.

Junto à falta de conhecimento técnico, também foram apontadas como dificuldades pelos agricultores entrevistados a falta de tempo, principalmente pelos agricultores mais jovens; o preço da água, conforme mencionado no tópico anterior, e o preço da energia elétrica, no caso dos agricultores que produzem para comercialização e utilizam sistemas de irrigação.

Por fim, procuramos entender se há algum tipo de intervenção da prefeitura municipal nos cultivos. Os dados coletados indicam que em 95% dos cultivos pesquisados a prefeitura não intervém de forma alguma, é indiferente. Apenas 1 agricultor entrevistado, que produz para comercialização em uma área privada, porém aberta, disse que a prefeitura contribui fazendo a gradagem do solo esporadicamente, sem custo algum para o proprietário.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A AUP é uma atividade consolidada no município de Regente Feijó/SP, que apesar de ser mais popular entre as pessoas mais idosas, também é praticada por jovens. Os resultados obtidos nos mostraram que existe uma forte relação entre a AUP e o êxodo rural, visto que muitos agricultores pesquisados são oriundos do campo e praticam esta atividade, dentre outras razões, como uma forma de manter viva uma tradição familiar.

Constatamos que a AUP exerce um papel importante na garantia e melhoria da SAN no município estudado. Dentre os agricultores que produzem majoritariamente para o autoconsumo, foram identificadas melhorias nos hábitos alimentares relacionadas ao aumento do consumo de produtos naturais e frescos, além de uma economia nos gastos com alimentação. Além disso, apesar de havermos constatado que a mão de obra utilizada nos cultivos é, em sua maior parte, familiar, ainda assim há a geração de postos de trabalho em alguns casos, notadamente dentre os cultivos que são destinados à comercialização.

Também notamos que a AUP tem uma importante contribuição no abastecimento alimentar do município, sendo responsável pelo fornecimento da maior parte das verduras folhosas de um supermercado e de um sacolão localizados no centro da cidade.

Os alimentos produzidos são bastante diversificados, abrangendo verduras (folhosas); legumes e leguminosas; tubérculos; condimentares; plantas medicinais e frutíferas, além da criação de animais em algumas unidades produtivas. Percebemos que a utilização de insumos químicos, como adubos e agrotóxicos, limita-se aos cultivos que são destinados à comercialização, assim como a utilização de máquinas para preparação da terra e de canteiros. Os agricultores que produzem majoritariamente para o consumo próprio utilizam apenas fertilizantes orgânicos para a adubação dos solos e caldas naturais para o controle de pragas.

Notamos que há interesse por parte de alguns agricultores que produzem para autoconsumo de expandir suas produções e comercializá-las, assim como há interesse por parte dos agricultores que já comercializam, de produzir de forma orgânica. Algumas das dificuldades que os impedem de tais mudanças estão relacionadas à falta de espaço, falta de recursos, falta de conhecimento técnico e as elevadas tarifas de água e energia elétrica.

Apresentam-se, portanto, evidências importantes de que a implementação de políticas públicas e de projetos que ajudem a amenizar estes problemas se faz necessária para que esta modalidade de agricultura cresça e se desenvolva no município, assim como a criação de oportunidades de capacitação técnica aos produtores. Estas políticas precisam, acima de tudo,



ser de fácil acesso e amplamente divulgadas, já que a falta de conhecimento e o excesso de burocracia foram constatados como impedimentos para a participação dos agricultores em programas já existentes, como o PNAE e o PAA.

Muito poderia ser refletido sobre isso, tanto em escala nacional quanto municipal, levando em consideração os benefícios que esta prática tem trazido aos seus praticantes e ao município como um todo, como foi demonstrado através dos dados apresentados.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o suporte da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP – Campus de Presidente Prudente) e do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA). Destacamos que o presente trabalho foi realizado com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – processo nº 2020/00738-3, à qual prestamos nossos agradecimentos. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, J. **Agricultura Urbana e Peri-Urbana em Campinas/SP: análise do Programa de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas públicas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas – SP, 2006.

CANO, W. Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 9, n.1, 1989, p. 62-82. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/33-5.pdf>. Acesso em: 10 junho 2020.

GIACCHÈ, G., PORTO, L. Políticas públicas de agricultura urbana e periurbana: uma comparação entre os casos de São Paulo e Campinas. *Informações Econômicas*, SP, v. 45, n. 6, 2015.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/regente-feijo>. Acesso em: 16 junho 2020.

MARTINS, P.; VINHOLI, A. C. Êxodo rural e a identidade dos agricultores urbanos em Itajaí/SC. In: MARTINS, P.; SÁNCHEZ, H.; WELTER, T. (Orgs.). **Território & sociabilidade: relatos latinoamericanos**. 1. ed., Florianópolis: UDESC, 2012, p. 55-77.

MOUGEOT, L. **Urban Agriculture: Definition, Presence, Potentials and Risks, and Policy Challenges**, 2000. Disponível em: <https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/26429/117785.pdf?sequence=12>. Acesso em: 18 abril 2020.



PESSÔA, C. **Agricultura Urbana e Pobreza: Um estudo no município de Santa Maria – RS.** 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria – RS, 2005.

PIRES, V. Agricultura Urbana como Fator de Desenvolvimento Sustentável: Um Estudo na Região Metropolitana de Maringá. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, vol. 27, n. 2 (50), 2016.

RICARTE-COVARRUBIAS, J; FERRAZ, J. M.; BORGES, J. R. Segurança alimentar através da agricultura urbana: um estudo de caso em duas comunidades de baixa renda em Porto Ferreira/SP. **Rev. Bras. de Agroecologia**, vol. 6(3), p. 62-80, 2011.

ROSA, A. **As particularidades da agricultura urbana e periurbana (AUP) em Presidente Prudente/SP.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente – SP, 2020.

ROSA, P. P. Políticas Públicas em Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, Número Especial EGAL, p. 1-17, 2011.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção** - Identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras. Documento referencial geral. Belo Horizonte, 2007.

SANTANDREU, A. et al. Biodiversidad, pobreza y agricultura urbana em América Latina. *Revista Agricultura Urbana* [online], dez/2002.

ZAAR, M. H. A agricultura urbana e periurbana (AUP) no marco da soberania alimentar. **Sociedade e Território**, Natal, vol. 27, n. 3, 2015, p. 26-44. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/7870/6137>. Acesso em: 16 julho 2020.